

# Línguas em Português

---

## A Lusofonia numa Visão Crítica

---

Sweder Souza  
Francisco Calvo del Olmo  
ORGANIZADORES

# Índice

---

7

APRESENTAÇÃO

**Línguas e vozes  
em português**

Francisco Calvo del Olmo  
– Sweder Souza

15

PREFÁCIO

**As ações do Instituto  
Internacional da Língua  
Portuguesa na gestão  
multilateral da língua**

Carlos Alberto Faraco

25

INTRODUÇÃO

**Lusofonia revisitada  
e a crítica da celebração**

Cristine Gorski Severo  
– Alexandre Cohn da Silveira

43

**A língua portuguesa  
como variedade  
nacional em Angola**

Eduardo Ferreira dos Santos

59

**Entre “arranques súbitos  
e freadas bruscas”:  
percursos das iniciativas  
oficiais brasileiras para  
a promoção internacional  
do português**

Leandro Diniz

77

**A língua portuguesa  
na sala de aula  
cabo-verdiana**

Elvira Reis

101

**Política e planejamento  
linguístico na Guiné-Bissau**

Rachide Djau

119

**A Guiné Equatorial  
no cenário lusófono:  
política e planejamento  
linguísticos**

Charlott Eloize Leviski  
– Alexandre António Timbane

---

---

**137**

**O ensino do português  
em Moçambique: conflitos  
entre o uso prescritivo  
e os usos reais**

Ermelinda Mapasse

**155**

**Portugal não é o dono  
da língua portuguesa**

João Veloso

**171**

**Há uma política linguística  
para o português em  
São Tomé e Príncipe?**

Gabriel Antunes de Araujo

**197**

**A oficialidade da língua  
portuguesa na paisagem  
multilíngue de Timor-Leste:  
construção e manutenção  
de uma história**

Joice Eloi Guimarães  
– Renata Tironi de Camargo

**219**

**A língua portuguesa  
em Macau em tempos  
de globalização e mobilidades:  
políticas linguísticas e ensino**

Liliana Gonçalves  
– Roberval Teixeira e Silva

**241**

**Galego e português,  
uma mesma língua diferente**

Xoán Carlos Lagares

**259**

POSFÁCIO

**Por que insistir  
na ilusofonia?**

Marcos Bagno

**270**

**Referências**

**291**

**Sobre os organizadores  
e os autores**

---

## Apresentação

# Línguas e vozes em português

Francisco Calvo del Olmo – Sweder Souza

O breve século XX – em termos de Hobsbawm (1995) – trouxe para o conjunto da humanidade profundas transformações sociais, econômicas, políticas e também ecológicas. O crescimento exponencial das cidades, a migração de milhões de pessoas do mundo rural para o urbano, o processo de colonização e de descolonização e, por fim, a progressiva implantação das formas de vida urbanas ocidentais dentro do sistema capitalista tiveram repercussões em todas as regiões do planeta, mas afetaram de forma mais direta os países do assim chamado Sul global. Nesse quadro geral, uma dezena de línguas viram-se promovidas para além das regiões onde historicamente se formaram, passando a servir como veículos de comunicação de vastos espaços. O chinês mandarim, o espanhol, o árabe, o russo, o português, o francês e o suaíli passaram a ocupar as posições centrais na constelação das línguas da humanidade, orbitando todas elas, por sua vez, ao redor do inglês, língua hipercentral e principal veículo da globalização. Certamente, cada um desses espaços linguísticos se articula de forma diferente, seguindo tendências próprias



de acordo com os seus atores: elaboração de instrumentos descritivos e prescritivos, aplicação de políticas linguísticas articuladas desde órgãos públicos e privados, presença de mídias e produções culturais de todo tipo, etc. Nesse sentido, não faltam hoje estudos que abordam o ensino, a promoção e a difusão dessas línguas globais dos pontos de vista mais variados, abrangendo desde a autocomplacência oficial até à crítica acadêmica.

Tomando como ponto de partida esse panorama, a questão que nos incentivou a propor esta obra foi justamente entender melhor como se articulam as dinâmicas centrípetas e centrífugas nas comunidades que falam português ou, ao menos, nos países que o declaram como língua oficial. Quais temas ou visões de língua são colocados em pauta e quais são evitados, o que revelam essas ênfases ou esses silêncios? Em síntese: como as comunidades *lusófonas* se explicam a si mesmas e explicam aos outros sua relação com a língua que dizem compartilhar?

Uma apresentação oficial da língua portuguesa – ou a rápida consulta a uma enciclopédia virtual – informará que ela está presente em cinco continentes e que é oficial em nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, desde 2010, Guiné Equatorial. É também idioma de comunicação oficial de uma vintena de organizações intergovernamentais, tais como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a União Africana (UA), a União Europeia (UE), a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), além, é claro, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 com o objetivo de melhorar a cooperação dos seus estados-membros e de impulsionar o papel da língua portuguesa como “meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que a falam e de projeção internacional dos valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”<sup>1</sup>. Destarte, as comunidades que hoje são classificadas nesse *Mundo Lusófono* – termo controverso – reúnem mais de 260 milhões de falantes que a têm como língua materna ou como segunda língua. Além disso, a distribuição geográfica dos países de língua portuguesa no mundo faz dessa a língua mais falada no hemisfério sul.

<sup>1</sup> Disponível em: [www.cplp.org/id-2604.aspx](http://www.cplp.org/id-2604.aspx). Acesso em 3 de novembro de 2019.

No entanto, essa fotografia oficial pouco diz dos contextos em que os usuários da língua portuguesa a empregam nas mais variadas situações comunicativas. Pensando neles é que podemos afirmar que não há *uma* língua portuguesa, existem línguas em português, retomando as palavras do escritor alentejano e Prêmio Nobel de Literatura José Saramago no documentário *Língua: vidas em português* (2004), dirigido por Victor Lopes e coproduzido por Brasil e Portugal. Neste ponto, gostaríamos de dizer que com esse título não pretendemos celebrar de forma complacente uma certa identidade lusófona, se é que isso existe, ou ficar embevecidos com a suposta grandeza da língua portuguesa, mas sim trazer reflexões críticas sobre a articulação das comunidades que compartilham o idioma em que escrevemos esta apresentação.

Observando a lusofonia por esse viés, o que logo chama nossa atenção é uma cisão nítida entre a norma usada no Brasil e a usada em Portugal, os dois únicos países onde o português é a língua hegemônica e materna da maior parte da população. Encontramos assim o português brasileiro (PB) que apresenta um perfil bem distinto como consequência de uma série de mudanças que vêm ocorrendo, principalmente, no nível sintático e que lhe outorgam um perfil particular dentro das línguas românicas, e a esse respeito propomos a consulta dos trabalhos de Castilho (2010) e de Bagno (2012). Do outro lado do Atlântico, está o português de Portugal, muitas vezes referido como português europeu (PE), de feições sintáticas mais conservadoras dentro da tipologia linguística românica (Paiva Raposo *et al.* 2013), mas que conheceu uma série de mudanças fonéticas que o afastam não só de outras variedades de português, mas também dos outros membros da família neolatina e o aproximam de sonoridades eslavas. Tanto o PB como o PE conhecem variações geográficas que enriquecem e diversificam seus respectivos perfis, mas, no caso do PB, é mais importante a polarização social, motivada pela desigualdade estrutural, que se espelha numa cisão entre a norma culta – ou *oculta*, nos termos de Bagno (2003) – e os usos genuínos e vernáculos, o que acarreta forte preconceito linguístico e insegurança entre os falantes de tais variedades. Para além disso, ambos os países afirmam desenvolver uma política de promoção internacional da língua portuguesa: no caso de Portugal, ela se articula através do Instituto Camões e, no caso do

Brasil, mediante os Centros Culturais e os leitorados no exterior. Todavia, essas ações não estão isentas de contradições internas e, por vezes, de certa lógica de concorrência ou de rivalidade entre o pessoal de cada país. Leandro Rodrigues Alves Diniz e João Veloso trazem suas respectivas reflexões sobre a problemática da promoção internacional do português e sobre a construção da legitimidade como “donos” ou “autoridades” dessa língua, em teoria, compartilhada, um debate que já adianta Carlos Alberto Faraco no prefácio.

Por outro lado, no cenário dos países africanos de língua portuguesa – conhecidos como PALOPs – o idioma do colonizador foi mantido após as independências, alcançadas em decorrência da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, depois de longas décadas de guerra colonial. Aqui nos parece possível estabelecer algumas diferenças no perfil linguístico dessas nações, como se verá nos respectivos capítulos, entre pequenos países litorâneos ou insulares e grandes países continentais.

Assim, por um lado, temos Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, onde o português oficial convive com línguas crioulas de base portuguesa (além de línguas africanas no caso da Guiné-Bissau), sendo essas línguas crioulas os principais veículos da comunicação e da vida pública. Tal situação produz todo um *continuum* desde os crioulos mais vernáculos, até um português de feições lusitanas falado apenas em certas situações formais por membros das elites. Assim, os falantes podem transitar por esse *continuum* poroso de acordo com a situação comunicativa em que se encontram, com o grau de conhecimento de uma e outra variedade e de suas próprias preferências ou eleições discursivas, como veremos nos capítulos de Elvira Reis, Racide Djau e Gabriel Antunes de Araujo. Precisamente esse último aponta que a língua portuguesa se tornou majoritária na República de São Tomé e Príncipe no contexto da pós-independência e, por conseguinte, as outras línguas faladas no arquipélago foram progressivamente abandonadas. Um cenário que poderia se estender ao resto dos PALOPs nas próximas décadas, se o patrimônio linguístico deles não for valorizado e promovido mediante políticas públicas eficazes.

Por sua vez, Angola e Moçambique são países de vasta extensão territorial, onde o português convive com as línguas nacionais africanas, majoritariamente adstritas à família banta. No espaço urbano de

idades como Luanda e Maputo, o português tende a se tornar a língua materna das novas gerações, o que, nas próximas décadas, poderia acarretar uma importante redução de falantes das línguas nacionais ou mesmo o desaparecimento gradual destas. Os capítulos de Eduardo Ferreira dos Santos e Ermelinda Mapasse trazem reflexões sobre os usos vernáculos do português e os conflitos que começam a surgir em relação com o que prescreve a norma. Dessa forma, apresenta-se um ambiente sociolinguístico caracterizado por um extenso multilinguismo e um contato linguístico de dupla natureza: o contato entre línguas diferentes e o contato entre variedades diferentes de português que geram situações de diglossia.

Por fim, a presença da língua portuguesa em Timor-Leste e na Guiné Equatorial é muito menor, mesmo considerando o discurso governamental daqueles territórios ou o impulso de certas políticas educacionais, sobretudo no nível universitário. Portanto, ela se insere no mosaico plurilingue desses espaços onde ocupa uma posição minoritária em relação a outras línguas. No Timor-Leste, ela integra a paisagem linguística junto com o tétum, o inglês e o bahasa indonésio de acordo com o que os leitores podem descobrir no capítulo assinado por Joice Eloi Guimarães e Renata Tironi de Camargo. Na Guiné Equatorial, o português é a terceira língua oficial, depois do espanhol e do francês, convivendo com línguas africanas como o fang, o bubí, o seki, dentre outras, e ainda com o crioulo de base portuguesa conhecido como Fá d'Ambô – falado na ilha de Ano-Bom –, bem como com o crioulo de base inglesa chamado pichi ou krio, como explicam em detalhe Charlott Eloize Leviski e Alexandre António Timbane no capítulo dedicado a esse país.

Para além dos nove países que oficialmente compõem a CPLP, o livro que organizamos se interessou pela presença do português em duas regiões autônomas pertencentes a dois estados: Macau, na China, e a Galiza, na Espanha, já que ambas têm estreitos vínculos históricos com a *esfera lusófona*. Em Macau, o português convive com o chinês mandarim e o cantonês no contexto do ensino, como explicam Liliana Gonçalves e Roberval Teixeira e Silva em seu capítulo. No outro extremo do domínio linguístico, ao norte de Portugal, a Galiza tem o galego como língua cooficial junto com o espanhol. Apesar da grande proximidade

estrutural com o português, o galego possui hoje uma norma própria, ditada pela Real Academia Galega (RAG), autônoma da norma – e da(s) ortografia(s) – do português padrão. Ao mesmo tempo, iniciativas procedentes de movimentos cidadãos defendem, desde vários pontos de vista, a (re)integração da Galiza e o diálogo com os países de língua portuguesa, como se vê no capítulo de Xoán Lagares.

Dado que o objetivo comum a todas as contribuições do livro são as práticas sociais que envolvem questões de língua(gem) e, igualmente, os aspectos políticos imbricados em tais práticas, propusemos às autoras e aos autores explicar como essas questões se desenvolvem em cada país. A CPLP reafirma que a promoção da língua portuguesa se faz indubitavelmente através dos sistemas de ensino, responsáveis pela formação linguística da cidadania. O prefácio, escrito por Carlos Alberto Faraco, a introdução, de autoria de Cristine Gorski Severo e Alexandre Cohn da Silveira, e o posfácio, de Marcos Bagno, completam o mosaico de vozes e perspectivas críticas sobre os projetos políticos, majoritariamente circunscritos a uma lógica (neo)colonial, e os órgãos que articulam esse espaço. Destaca-se aqui o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na capital cabo-verdiana da Praia, que se engajou na produção de ferramentas e elementos normativos, como o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), a partir do consenso entre seus membros.

Assim, a multiplicidade que evoca o título, *Línguas em português*, se articula nas *vozes em português* dos autores e autoras com o objetivo de oferecer um amplo painel à leitora e ao leitor em relação às facetas e perfis que a língua portuguesa apresenta como componente de sociedades profundamente diversas, no começo da terceira década do século XXI.

Nesse contexto geral, os olhares das pesquisadoras e pesquisadores se dirigem a distintos elementos que direcionam e articulam as políticas linguísticas implementadas, tais como: os currículos de ensino-aprendizagem, as certificações de língua(s), a aceitação do uso de determinada(s) língua(s) nacionais e/ou alóctone(s) no espaço público, as declarações de organismos públicos e autoridades, a produção e difusão de materiais didáticos. Consequentemente, surgem perguntas que ampliam o debate: quais são os atores no âmbito público, privado

e associativo? Que língua ou que línguas falam? Com quais línguas ou variedades eles se identificam? Qual a constituição histórica, política, ideológica desses sujeitos? A quem pertencem as línguas que se veem promovidas ou rejeitadas nesse processo? Quais as possibilidades de comunicação, de trocas e diálogos no interior dessas comunidades e com outras mais ou menos afastadas?

Um assunto de tanta complexidade não pode se exaurir na extensão de uma obra e, certamente, não foi essa nossa intenção ao lançar a proposta. Pretendemos apenas contribuir para explorar esse vasto espaço em diálogo com colegas que também se interessam por aquelas políticas educacionais que têm como meio e fim a língua portuguesa. Independentemente da perspectiva teórica adotada em cada capítulo, todos eles traçam espaços comuns de reflexão. Esperamos contribuir para destravar alguns nós e lançar nova luz a questões antigas, ainda que, nessa mesma ação, talvez tenhamos produzido novos questionamentos e problematizações, integrando assim esse livro com outros que visam objetivos análogos, como o volume organizado por Luiz Paulo da Moita Lopes (2014) ou o de Sílvia Melo-Pfeifer e Paulo Feytor Pinto (2018).

Antes de concluir nossa apresentação, devemos agradecer a todas as autoras e autores que aceitaram nosso convite, acreditaram na realização deste trabalho e dedicaram tempo a redigir e revisar os capítulos. Igualmente assumimos a responsabilidade como organizadores sobre qualquer descuido ou imprecisão que puder existir. E, por fim, desejamos uma boa leitura.